

Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — Marcelo José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Mata — Clotário Luiz Supic: Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 10:963

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aprovar e pôr em execução as instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de mecânicos de aviação, anexas a esta portaria, e revogar as portarias n.ºs 9:290, de 11 de Agosto de 1939, 9:725, de 11 de Janeiro de 1941, e 10:149, de 31 de Julho de 1942.

Ministério da Marinha, 21 de Maio de 1945. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

Instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de mecânicos de aviação

Artigo 1.º O curso para alistamento de mecânicos de aviação tem por fim habilitar pessoal para a manutenção e execução de pequenas reparações de aviões e para o desempenho de funções auxiliares de utilização.

Art. 2.º Este curso, a cargo da Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho, compreende a instrução ministrada na mesma Escola e os trabalhos práticos, estágios e tirocínios que constituem o respectivo programa.

A duração do curso será fixada superiormente, não devendo normalmente exceder um ano lectivo.

Art. 3.º O Ministro da Marinha fixará, sob proposta do comandante do Corpo de Marinheiros da Armada, ouvida a Direcção da Aeronáutica Naval, o número de alunos a admitir a cada curso.

Art. 4.º A frequência do curso podem ser admitidos militares ou civis, mediante concurso, nos termos destas instruções.

Art. 5.º O concurso será organizado pela Direcção da Aeronáutica Naval, anunciado no *Diário do Governo*, em dois jornais de grande circulação no País e na *Ordem do Dia* ao Corpo de Marinheiros da Armada, e estará aberto durante os primeiros trinta dias que se seguirem a essa publicação.

Art. 6.º As condições de admissão ao concurso são:

- 1.ª Ser cidadão português e filho de pais portugueses;

- 2.ª Ter idade não inferior a 17 nem superior a 25 anos, feitos no ano civil do concurso;

- 3.ª Ser autorizado pelos pais ou pelo tutor a assentar praça, no caso de ser civil, menor e não emancipado; ser autorizado a concorrer pela entidade competente, no caso de ser militar;

- 4.ª Ser solteiro e não ter encargos de família;

- 5.ª Ter, como mínimo de habilitações, aprovação no exame de 4.ª classe do ensino primário ou no de admissão aos liceus;

- 6.ª Ter prática de um dos ofícios de serralheiro mecânico, torneiro mecânico, fresador ou mecânico de motores;

- 7.ª Estar no pleno uso dos seus direitos civis e políticos e ter bom comportamento moral e civil, comprovado pelo registo policial e criminal; ou, sendo militar,

estar na 1.ª ou 2.ª classe de comportamento, não ter baixado a classe inferior à 2.ª nos últimos cinco anos e, no caso de ser proveniente de recrutamento, ter tido bom comportamento moral e civil antes do assentamento de praça, comprovado pelo registo policial e criminal;

- 8.ª Possuir vocação para o serviço militar e em alto grau o sentimento de devoção à Pátria; dar garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado e de defender os princípios fundamentais da ordem política e social estabelecidos na Constituição;

- 9.ª Ter aptidão física para o serviço da armada e em especial para o serviço de mecânico de aviação.

Art. 7.º A admissão ao concurso é feita a requerimento do candidato, dirigido ao director da aeronáutica naval, devendo o requerimento ser instruído com os documentos pelos quais se verifique satisfazer às condições de admissão, à excepção da que respeita à aptidão física, e com as declarações a que se referem a lei n.º 1:901, de 25 de Maio de 1935, e o decreto-lei n.º 27:003, de 14 de Setembro de 1936, podendo ainda o candidato juntar quaisquer outros documentos que interessem ao concurso.

As condições 1.ª, 2.ª, 6.ª e 7.ª respeitantes a candidatos militares serão apreciadas mediante elementos constantes da sua nota de assentos e informações dos chefes sob cujas ordens tenham servido.

§ 1.º A apreciação dos documentos dos candidatos será feita pela Direcção da Aeronáutica Naval, que procurará esclarecer-se acerca da condição 8.ª do artigo anterior.

§ 2.º Os requerimentos dos candidatos militares, devidamente instruídos, devem ser remetidos pelas vias competentes de modo a darem entrada na Direcção da Aeronáutica Naval dentro do prazo da entrega dos documentos.

Art. 8.º Para verificação da aptidão física para o serviço de mecânico de aviação serão os candidatos submetidos a uma primeira inspecção efectuada por um médico em serviço nas unidades da aeronáutica naval e realizada em Lisboa ou em Aveiro, conforme as residências e as conveniências dos mesmos candidatos.

Depois de efectuadas as provas de admissão a que se refere o artigo 9.º, os candidatos nelas aprovados serão presentes, em Lisboa, a uma junta de inspecção constituída por um oficial de marinha em serviço na Direcção da Aeronáutica Naval e por dois médicos, um dos quais preste serviço nas unidades da aeronáutica naval.

Para apuramento definitivo esta junta promoverá que os candidatos sejam examinados nas diversas especialidades do Hospital da Marinha e no Gabinete de Estudos.

Art. 9.º Para apreciação dos seus conhecimentos gerais e profissionais e respectivas classificações, os candidatos que tiverem sido apurados na primeira inspecção a que se refere o artigo anterior serão submetidos a provas officinais e provas escritas de português, de aritmética e de geometria.

O júri de apreciação, de que fará sempre parte um oficial da Escola de Aviação, será nomeado pela Direcção da Aeronáutica Naval, e as provas serão prestadas perante delegados do júri, quer em Aveiro quer em Lisboa, conforme as residências e as conveniências dos mesmos candidatos.

§ 1.º Os programas das provas estarão patentes na Direcção da Aeronáutica Naval e na Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho enquanto estiver aberto o concurso.

§ 2.º O júri poderá determinar que as provas escritas de qualquer candidato sejam completadas com provas orais.

Art. 10.º As provas de admissão serão classificadas pelo júri segundo a escala de valores de 0 a 20.

A classificação média de cada prova será aproximada a décimos, ficando excluído do curso o candidato que obtiver em qualquer das provas média inferior a 10 valores.

Art. 11.º A classificação final das provas de cada candidato será obtida tomando-se a média das classificações médias de cada prova, atribuindo-se o coeficiente 2 à média das provas oficiais e o coeficiente 1 à média das outras; o resultado será arredondado para o número inteiro mais próximo, tomando-se o número superior se der exactamente cinco décimos.

§ único. Em provas oficiais será também verificada e classificada a prática de ofícios que pode constituir a condição de preferência mencionada no artigo 12.º e apenas para o efeito desta preferência.

Art. 12.º Dos candidatos julgados aptos para o serviço de mecânicos de aviação será elaborada uma lista em que serão colocados pela ordem da classificação final das provas e, em igualdade de classificação, atendendo às seguintes condições de preferência:

1.ª Possuir, além da prática de um dos ofícios mencionados na condição 6.ª do artigo 6.º, a de qualquer outro considerado de interesse para o serviço de mecânico de aviação;

2.ª Ter mais habilitações ou melhores classificações;

3.ª Ser praça da armada;

4.ª Ser órfão de militar da armada.

§ único. O Ministro da Marinha, a quem a lista será presente, designará os candidatos a admitir ao curso.

Art. 13.º A nomeação para a frequência do curso implica, para o candidato que seja praça do Corpo de Marinheiros da Armada, a obrigação de se reconduzir, se obtiver aproveitamento no curso, e para os restantes candidatos a obrigação de servir na armada durante seis anos, a contar da data do alistamento no Corpo de Marinheiros da Armada.

Art. 14.º Os alunos do curso de alistamento de mecânico de aviação que na ocasião da admissão sejam praças do Corpo de Marinheiros da Armada mantêm durante o curso a sua graduação e classe. Os que, não sendo praças do Corpo de Marinheiros da Armada, provenham de outro curso para alistamento serão transferidos para a Escola de Aviação Naval, onde terão assentamento como alunos mecânicos de aviação. Os provenientes do exército e os civis assentam praça na Escola de Aviação Naval como alunos mecânicos de aviação.

Art. 15.º Completado o curso, os alunos mecânicos de aviação que não sejam praças do Corpo de Marinheiros da Armada serão mandados apresentar nesse Corpo, a fim de serem alistados como cabos mecânicos de aviação; aos que já forem praças do Corpo de Marinheiros da Armada aplicar-se-á o disposto no artigo 75.º do regulamento desse Corpo. Para uns e outros a classificação final para o ingresso no quadro de mecânicos de aviação será feita nos termos do artigo 23.º do decreto n.º 32:708, de 16 de Março de 1943.

Art. 16.º O Comando da Escola de Aviação Naval elaborará os programas das provas de admissão e o plano e programas do curso, que devem ser submetidos à apreciação da Direcção da Aeronáutica Naval e à aprovação do almirante superintendente.

Art. 17.º O curso de mecânico de aviação, como curso para alistamento, regular-se-á pelas disposições applicáveis do decreto n.º 32:708, de 16 de Março de 1943.

Ministério da Marinha, 21 de Maio de 1945. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

Portaria n.º 10:964

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aprovar e pôr em execução as

instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de artífices de aviação, anexas a esta portaria.

Ministério da Marinha, 21 de Maio de 1945. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

Instruções para admissão e preparação dos alunos do curso para alistamento de artífices de aviação

Artigo 1.º O curso de artífice de aviação tem por fim habilitar pessoal para o fabrico, reparação e montagem de material aeronáutico.

Art. 2.º Este curso funciona na Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho e compreende a instrução ministrada na mesma Escola, bem como os trabalhos práticos, estágios e tirocínios que constem do respectivo programa.

A duração do curso será fixada superiormente, não devendo normalmente exceder um ano lectivo.

Art. 3.º O Ministro da Marinha fixará, sob proposta do comandante do Corpo de Marinheiros da Armada, ouvida a Direcção da Aeronáutica Naval, o número de alunos a admitir a cada curso e, dentro desse número, o das vacaturas a preencher por candidatos com as habilitações profissionais mencionadas nos grupos seguintes:

Grupo A — Carpinteiro; serralheiro civil.

Grupo B — Fresador; mecânico de motores; torneiro mecânico; serralheiro mecânico.

Grupo C — Electricista.

Art. 4.º A frequência do curso podem ser admitidos cabos mecânicos de aviação e outros militares ou civis, mediante concurso, nos termos destas instruções e de mais legislação em vigor.

Art. 5.º O concurso será organizado pela Direcção da Aeronáutica Naval, anunciado no *Diário do Governo*, em dois jornais de grande circulação no País e na *Ordem do Dia* ao Corpo de Marinheiros da Armada, e estará aberto durante os primeiros trinta dias que se seguirem a essa publicação.

Art. 6.º As condições de admissão ao curso são, para cabos mecânicos de aviação, as seguintes:

1.ª Ter idade não superior a 30 anos, feitos no ano civil do concurso;

2.ª Estar na 1.ª ou 2.ª classe de comportamento e não ter baixado a classe inferior à 2.ª nos últimos cinco anos;

3.ª Ter revelado qualidades militares, aptidão profissional e conhecimentos que o recomendem para o desempenho das funções de artífice de aviação;

4.ª Estar autorizado a concorrer pelo comandante do Corpo de Marinheiros da Armada.

Art. 7.º As condições de admissão ao concurso são, para civis ou militares, excepto cabos mecânicos de aviação, as seguintes:

1.ª Ser cidadão português e filho de pais portugueses;

2.ª Ter idade não inferior a 17 nem superior a 25 anos, feitos no ano civil do concurso;

3.ª Ser autorizado pelos pais ou pelo tutor a assentar praça, no caso de ser civil, menor e não emancipado; ser autorizado a concorrer pela entidade competente, no caso de ser militar;

4.ª Ser solteiro e não ter encargos de família;

5.ª Ter, como habilitação mínima, aprovação no 3.º ano de qualquer dos cursos das escolas industriais ou equivalentes do Instituto dos Pupilos do Exército ou da Casa Pia de Lisboa;

6.ª Ter prática de um dos ofícios indicados no artigo 3.º;

7.ª Estar no pleno uso dos seus direitos civis e políticos e ter bom comportamento moral e civil, compro-